

A MUSEOLOGIA ANTROPOLÓGICA NO SÉCULO XIX EM PORTUGAL

por

Alice Duarte*

DO GABINETE DE CURIOSIDADES AO MUSEU

É genericamente aceite o *Gabinete de Curiosidades* do humanismo renascentista como o protótipo do museu moderno. A sua emergência é contemporânea da descoberta e exploração geográfica do mundo e, portanto, também dos primórdios da reflexão “antropológica” sobre o Homem. Ele constituía um tipo particular de colecção de objectos que ilustra o modelo de conhecimento da época, um modelo de acumulação enciclopédica. Continha um grande e diversificado número de objectos cuja forma expositiva e de organização dos conhecimentos os subdividia em *Naturalia*, *Artificialia* e *Antiquitas*. Os últimos compreendiam os testemunhos do passado, isto é, os vestígios da Antiguidade; os segundos, objectos de arte, sobretudo quadros, e instrumentos científicos; e os primeiros, exemplares da fauna e da flora do globo assim como diversos artefactos, designados como “curiosidades” e relativos às populações recém-descobertas, nomeadamente da África, Oceânia e América.

O *Gabinete* dos séculos XVI e XVII constituía-se assim como um microcosmo dos novos objectos a que a Europa atribuía, não um valor de uso, mas um significado preciso de objectos de contemplação, de testemunhos das maravilhas/mistérios da natureza ou de curiosidades. Ele reúne as novas classes de objectos significantes, as “novas classes de *semióforos*” (Pomian, 1984: 76), que começam a surgir na Europa ocidental e que traduzem as novas atitudes no que respeita ao passado, à natureza e às partes desconhecidas do espaço terrestre. As antiguidades tornam-se objectos de estudo adquirindo assim um novo significado; a concepção da natureza como fonte de beleza e os esforços no sentido de alargar os limites

* Antropóloga, assistente da FLUP.

do seu conhecimento atribuem um novo estatuto às obras de arte e aos instrumentos científicos; as viagens e expedições a regiões longínquas e, até há pouco, desconhecidas trazem à Europa novos objectos. Chegam exemplares da fauna e flora, mas também *ídolos*, *fetiches*, fatos de plumas e outros objectos representantes de um novo mundo, de países exóticos e sociedades diferentes. O estatuto de todos estes objectos não é ainda o de “objectos de estudo” (no sentido de fontes de conhecimento), mas sim o de “curiosidades”, curiosidades naturais e exóticas.

Nos finais do século XVIII a colecção privada que era o *Gabinete* inicia o seu processo de transição para uma instituição pública ou semi-pública (Collier and Tschopik, 1954). Simultaneamente o interesse pelos objectos da história natural suplanta o interesse pelas antiguidades. Mas os primeiros museus de história natural continuavam a conter de forma não diferenciada – como curiosidades – os objectos a que hoje chamaríamos etnográficos. Estes não constituíam uma categoria distinta, figurando como “curiosidades” ao lado dos espécimens animais e vegetais das regiões de onde eram originários; como objectos da *Naturalia* remetiam para povos no estado de natureza. Será preciso esperar pelo século XIX, pela afirmação disciplinar da antropologia e relativa autonomia da museologia antropológica em colecções ou museus separados dos de história natural, para que os objectos etnográficos se constituam como uma categoria específica.

A emergência de museus com um carácter mais claramente antropológico ou a autonomização das colecções previamente existentes e constituídas segundo linhas orientadoras diferentes têm variações temporais, segundo os países, razoavelmente diferenciadas (Duarte, 1997). Em termos genéricos, no entanto, podemos situá-las a partir da segunda metade do século XIX. Por outro lado, há que reter que os museus e colecções antropológicas criados ao longo deste período não seguiram todos o mesmo padrão de enquadramento. O Peabody Museum of Archaeology and Ethnology, de Harvard, fundado em 1866, estabelece o modelo para os Estados Unidos, Grã-Bretanha e de certo modo França, focalizando-se na arqueologia pré-histórica e na etnologia (no sentido de estudo dos “povos primitivos”). Noutros países, especialmente nos de língua alemã e nos escandinavos, o modelo de museu antropológico criado é sensivelmente diferente, apresentando uma ligação estreita com a etnografia nacional e rural, na tradição do que será a *Volkskunde*.

O CONTEXTO MUSEOLÓGICO PORTUGUÊS NO SÉCULO XIX

Relativamente ao contexto nacional e como forma de impor alguma ordem na apresentação, começaremos por referir as colecções de cariz naturalista que existiam em Portugal no século XVIII, tentando seguir os seus percursos.

Sabe-se que desde o século XV chegaram a Portugal, como a outros países europeus, diversos tipos de objectos, “raridades e curiosidades”, vindos das novas áreas geográficas descobertas. Não só espécimens animais e vegetais, mas também “curiosidades” exóticas diversas (Oliveira, 1971: 23). Embora não haja informação de nenhum núcleo organizado para essa época, é de supor que todos esses objectos tenham sido guardados nos Paços da Ribeira desde o tempo de D. Manuel I. O desconhecimento da sua posterior localização ou existência poderia ser explicado pela sua destruição no terramoto de 1755 (*ibidem*). De qualquer modo, para os finais do século XVIII é possível referir a existência de vários museus de História Natural em Portugal. Em termos genéricos, a sua criação e desenvolvimento enquadra-se na Reforma Universitária de 1772, encetada por Marquês de Pombal. A tarefa de constituição e organização desses museus é entregue a naturalistas, que ficam ainda encarregues de organizar missões ou “viagens filosóficas” às diferentes possessões coloniais.

Numa situação algo marginal em relação ao pano de fundo traçado, podemos referir o gabinete do Marquês de Angeja¹. Este, que foi contemporâneo do Marquês de Pombal e ao que parece botânico, criou em 1750 um jardim botânico no parque do seu Palácio do Lumiar e reuniu no Palácio da Junqueira diversos tipos de objectos: uma colecção de mineralogia, uma de malacologia, diversos espécimens animais e vegetais, uma múmia egípcia, uma colecção de medalhas, uma galeria de estátuas e pinturas e ainda diversas “curiosidades exóticas”, oriundas sobretudo dos territórios africanos e americanos então controlados por Portugal (Teixeira, 1985). Como se pode ver, até pelo seu teor, estamos em presença de uma colecção particular típica. Em virtude disso a sua existência futura será também mais duvidosa, sendo maior a ameaça de desaparecimento ou redução substancial em função das atribulações pessoais do seu fundador. De facto, nada se sabe do que possa ter acontecido a estes objectos. É apenas possível seguir o rasto da múmia egípcia: depois de ter sido adquirida pelos Duques de Palmela, foi por eles doada ao Museu das Janelas Verdes; daí transitará, no século XIX, para o museu fundado por Leite de Vasconcelos.

Quanto a museus de história natural propriamente ditos, o Real Museu da Ajuda é a instituição mais antiga de que se tem notícia. Teria sido criado pelo próprio Marquês de Pombal em substituição de um anterior, destruído pelo terramoto, e situava-se num pequeno edifício do actual Palácio da Ajuda (Oliveira, 1986). Como outros da altura, “(...) este museu consagrava a afirmação do método experimental, a da observação da Natureza, na sequência das ideias filosóficas e

¹ Não se tratava propriamente de um museu na acepção completa do termo, sendo antes uma colecção particular reunida pelo dito Marquês de Angeja. A colecção não era pública mas apenas visível, ainda que houvesse intenção de vir a construir instalações apropriadas (Teixeira, 1985: 12).

princípios pedagógicos da época.” (Teixeira, 1985: 3). Sabe-se que anexo ao Museu foi criado, por volta de 1772, um Jardim Botânico como ampliação de um horto previamente existente (ibidem: 7).

É este Real Museu da Ajuda que financiará a *Viagem Philosophica* do naturalista Alexandre Rodrigues Ferreira, ao *Pará, Rio Negro, Mato Grosso e Cuyaba*, no Brasil, entre 1783 e 1792. Outras viagens científicas foram também organizadas, geralmente dirigidas para os territórios ultramarinos. Os objectivos visados eram científicos mas também político-administrativos e financeiros. Antes das expedições os naturalistas seleccionados trabalhavam durante cinco anos no Real Museu da Ajuda para exercitarem os seus conhecimentos (Gouveia, 1985). No caso de Alexandre Rodrigues Ferreira, ele permanece no Museu de 1779 a 1783, altura em que parte chefiando a expedição de reconhecimento das riquezas naturais da Amazónia, sendo incumbido também de proceder ao estudo de reconhecimento das fronteiras daquele território. Desta *Viagem Philosophica*, para além dos produtos do reino animal, vegetal e mineral, são enviadas para Lisboa, em remessas sucessivas, 933 peças designadas como “curiosidades e artificios dos gentios e dos índios domesticados” (cf., ibidem). A partir de 1794, Alexandre Rodrigues Ferreira é incumbido de organizar e administrar o Real Gabinete de História Natural e o Jardim Botânico que continuava a existir, presume-se, na dependência do Museu. O Real Museu da Ajuda deixará de existir em 1836, altura em que os seus acervos transitarão para o Museu da Academia das Ciências, de Lisboa.

Outra instituição museológica do mesmo cariz é o Museu de História Natural, da Universidade de Coimbra, que surge como um organismo anexo da Faculdade de Filosofia, criada em 1772 pela Reforma Pombalina. Também neste Museu figuravam, praticamente desde o seu início, objectos etnográficos. Para além de outros que possivelmente já lá existiam, lado a lado com os espécimens naturalistas, há a referir a entrada em 1806 de uma colecção de objectos dos índios brasileiros, remetida pelo Real Museu da Ajuda e proveniente da *Viagem Philosophica* de Alexandre Rodrigues Ferreira (Gouveia, 1985: 490).

Posteriormente essas colecções etnográficas devem ter aumentado porquanto se sabe que quer as viagens científicas organizadas pelo Museu de Coimbra quer as remessas enviadas pelas autoridades ultramarinas, não se limitavam aos três ramos da história natural. Mas é impossível saber quais as consequências práticas daquelas actividades no possível aumento do acervo etnográfico do Museu. A análise do crescimento deste acervo só pode ser feita através dos inventários do Museu que foram realizados em 1829, 1850 e 1881. No primeiro, de 1829, os objectos etnográficos encontravam-se na V Sala do Museu, dedicada a “Espingardas Antigas. Armas e utensílios dos Índios. Madeiras, cascas, raízes e outros produtos vegetais”. Estes exemplares inventariados encontravam-se agrupados em

três rubricas: “Antiguidades”, “Instrumentos dos Índios” e “Produtos Vegetais”, que incluíam não só objectos ameríndios mas também africanos. No inventário de 1850, estes objectos etnográficos estão agrupados sob a designação de “Antiguidades. Objectos raros e curiosos tanto da Arte como da Natureza. Produtos vegetais da América e África”. Por esta altura as colecções parecem ter sofrido algumas alterações, sendo detectável uma certa autonomia dos sectores constituintes do Museu (ibidem: 494)². No terceiro inventário, o de 1881, o sector etnográfico surge já formalmente individualizado com um registo separado: “Inventário dos objectos existentes na colecção etnográfica do Museu”. Este registo continua a incluir algumas antiguidades, mas outras parecem ter sido retiradas. Por outro lado, a colecção de “Produtos vegetais” fora transferida para o Museu Botânico que se tinha começado a instalar no Colégio de S. Bento, em 1870, e há ainda a referir um significativo aumento do acervo etnográfico, sobretudo através de importantes ofertas de colecções africanas.

A partir de 1885 o Museu de História Natural, da Universidade de Coimbra, passa a ser constituído por quatro secções ou Gabinetes independentes: Zoologia, Botânica, Mineralogia e Antropologia, cada um deles dirigido pelos professores das cadeiras correspondentes. Esta nova estrutura, que extingue a direcção geral do Museu, não pode deixar de ter consequências. Por um lado conduzirá ao acentuar das características de “museus de ensino” desses Gabinetes, em detrimento das de estabelecimento público. Na medida em que os professores responsáveis pelas cadeiras académicas são também os dirigentes dos Gabinetes respectivos, estes tendem à especialização, acentuando-se o seu cunho predominantemente escolar. Por outro lado, esta independência permite um desenvolvimento considerável, nomeadamente, do sector Antropológico, que será substancialmente enriquecido.

Os quatro Gabinetes acabarão por originar quatro museus autónomos, cada um dedicado à sua área científica. Nasce assim o Museu e Laboratório de Antropologia, da Universidade de Coimbra. Bernardino Machado – o responsável do sector da Antropologia desde a sua criação oficial, em 1886 – começa em 1890 a proceder à sua reestruturação e desenvolvimento. Durante a sua direcção, que se manterá até 1907, objectos de diversas origens são canalizados para o Museu. Assim acontece com os materiais apresentados na Exposição Insular e Colonial de 1894, realizada no Palácio de Cristal Portuense e cujos expositores eram quase todos particulares. Por compra ou cedência, a maior parte dessas colecções são incorporadas no Museu entre 1894 e 1897. Serão igualmente transferidas para o Museu e Laboratório de Antropologia grande parte das colecções que o Museu

² Em 1878 passará a existir um Gabinete de Antropologia e Arqueologia Pré-histórica como uma secção autónoma do Museu de História Natural, da Universidade de Coimbra.

Botânico da mesma Universidade detinha em resultado de remessas dos administradores coloniais. Nos anos seguintes o aumento das colecções será menos significativo, mas mesmo assim há a registar ofertas, aquisições por compra e ainda missões de recolha nos territórios ultramarinos. Neste fim do século XIX, a maior parte dos objectos etnográficos incorporados são africanos. Em 1897, Adolfo Frederico Moller – um funcionário do Museu Botânico da mesma Universidade – foi encarregado de organizar o primeiro catálogo específico, e de considerável envergadura, das colecções da “secção etnográfica” do Museu de Antropologia. A estrutura do “Catálogo Moller” obedece basicamente a um critério geográfico, dentro do qual os objectos são depois agrupados em função de um conjunto de rubricas segundo uma perspectiva técnico-formal. Os objectos são numerados individualmente, seguindo-se a sua “designação, medidas, descrição, grupo étnico e proveniência, ano de aquisição e indicação do proprietário anterior”, quando conhecidos (Gouveia, 1985: 508).

O que convém retermos é o empenhamento devotado de Bernardino Machado na aquisição de novas colecções para o Museu de Antropologia, assim como o facto do “(...) desenvolvimento das colecções se ter passado a orientar por um propósito científico, podendo a partir daí passar a falar-se em política de incorporações no âmbito do que então se denominava ‘ethnologia’.” (ibidem: 504). Dito de outro modo, embora Bernardino Machado na sua actividade de docência continuasse ligado sobretudo à Antropologia Física, o seu empenho na aquisição de colecções etnográficas permite supor uma certa aproximação ao “âmbito da etnologia”, ao contrário, aliás, do que acontecerá com o seu sucessor na direcção do Museu, Eusébio Tamagnini (Cem, 1985).

O terceiro museu de história natural que data do século XVIII é o Museu da Academia das Ciências, de Lisboa. Em 1779, os Estatutos da Academia são aprovados e logo no ano seguinte surge o projecto de criação de um Gabinete ou Museu de História Natural. Em 1781, são publicadas umas “Breves Instruções aos correspondentes da Academia das Ciências de Lisboa sobre as Remessas dos Produtos e Notícias pertencentes à História da Natureza para formar um Museu Nacional” (cf., *in* Gouveia, 1985: 490). Nessas “Instruções”, para além de elementos informativos referentes aos cuidados a ter com as colecções a remeter para a metrópole, é também solicitada uma descrição geográfica da região da sua proveniência e uma apreciação acerca dos povos que a habitam, sob o duplo aspecto das suas características físicas e da sua “Religião, Política, Economia, Arte, Tradições, etc.”. Solicita-se o envio de produtos dos três Reinos da Natureza, mas também “obras de artifício dos naturais do país” (cf., *ibidem*). Em resultado destas diligências são conhecidas, pelo menos, as remessas do administrador colonial de Moçambique, que para além dos produtos naturais teria enviado “(...) as insígnias de um régulo, uma colecção de armas e um conjunto de barras

de cobre.” (cf., in Oliveira, 1971: 25, s/ indicação de fonte original).

O Museu de História Natural da Academia das Ciências terá ficado instalado no Palácio das Necessidades a título provisório, passando em 1834, na sequência da extinção das Ordens Religiosas, para as instalações do Convento de Jesus. Neste Convento estava instalado um outro museu de história natural, o Museu Maynense. Tinha sido fundado pelo padre José Mayne (1723-1792) e possuía, para além da Biblioteca, um Instituto de História Natural onde era ministrada uma aula pública (Canelhas, 1983: 7-9). No seu acervo para além de exemplares animais, vegetais e minerais, figuravam também “curiosidades” etnográficas da América e África, assim como um gabinete de medalhas e uma galeria de pintura. A partir de 1834, o Museu da Academia das Ciências incorporará no seu acervo o espólio do Museu Maynense. A partir dessa data quer a Biblioteca quer as colecções são franqueadas ao público (Teixeira, 1985). Em 1836, passará a incorporar também o acervo do Real Museu da Ajuda, como já foi referido. E em 1856 passa a denominar-se Museu Nacional de História Natural.

A tendência à especialização que se verificava no âmbito da História Natural e conseqüente separação ou autonomia dos sectores que a compunham far-se-á também sentir nesta instituição museológica. Em 1858, o Museu é transferido da alçada da Academia das Ciências para a da Escola Politécnica, depois Faculdade de Ciências de Lisboa. À semelhança do que acontecerá no Museu de História Natural da Universidade de Coimbra, cada um dos Gabinetes do Museu fica a cargo dos respectivos professores, quer no que diz respeito à sua direcção científica quer relativamente à administração económica. Aqui, no entanto, só há duas secções: Zoologia e Mineralogia, ainda que o Jardim Botânico também tivesse sido transferido para a Escola Politécnica. Relativamente às colecções etnográficas, elas permanecerão na Academia das Ciências. A sua importância devia ser considerável atendendo a que reuniam não só as remessas dos correspondentes da Academia como também os antigos acervos do Museu Maynense e do Real Museu da Ajuda. Há notícia da Academia ter enviado uma colecção de “objectos da arte e indústrias dos indígenas da América” à Exposição comemorativa do IV Centenário da Descoberta da América, realizada em Madrid em 1892. Terão sido enviadas mais de 400 peças das colecções brasileiras existentes (*Catálogo* de Teixeira de Aragão, s/d, cf., in Oliveira, 1986)³.

Oficialmente o Museu da Academia das Ciências extingue-se em 1893, mas restos do acervo por lá permaneceram, ao que parece amontoados numa dependência de arrumações do edifício (Oliveira, 1986). As colecções brasileiras que lá

³ Sabe-se igualmente que será com parte das colecções da Academia (e outras) que, em 1893, Leite de Vasconcelos organizará o Museu Etnográfico Português, que aliás esteve inicialmente instalado na sede daquela Academia (Teixeira, 1985: 199).

permaneceram foram inventariadas e estudadas, em 1982, por uma antropóloga brasileira, Thekla Hartmann (Hartmann, 1982).

Em conclusão, dos três Museus de História Natural fundados no século XVIII apenas um, o da Universidade de Coimbra, dará origem a um museu autónomo de antropologia, dotado de algum vigor nos finais do século XIX. Quanto a museus de antropologia fundados na segunda metade do século XIX e cujo âmbito é definido como tal desde a sua criação há a referir o Museu Etnográfico da Sociedade de Geografia de Lisboa e o Museu Etnográfico Português, de Belém.

Em 1875, é fundada a Sociedade de Geografia de Lisboa que desde logo organiza um Museu Etnográfico. Em 1892 a designação passa a ser Museu Colonial e Etnográfico porque nessa data se dá a anexação do Museu Colonial. Este tinha sido criado, em 1870, pelo Ministério da Marinha e Ultramar com a intenção de “prover acerca das colecções e exposição dos produtos coloniais” (cf., *in* Oliveira, 1986: 28), que se presume existiriam naquele Ministério. Desconhece-se onde estaria instalado, ainda que seja de presumir no Arsenal da Marinha. No *Regulamento*, publicado em 1871, dá-se relevo aos produtos da Natureza mas também são referidos os “objectos raros e curiosos” (cf., *in* *ibidem*). Relativamente ao Museu Colonial e Etnográfico existente na Sociedade de Geografia, as informações disponíveis são reduzidas. Atendendo, no entanto, às características da Sociedade de Geografia em que se insere, cujos objectivos estavam estreitamente ligados à reivindicação dos direitos de Portugal sobre as colónias africanas numa época de forte competição entre as potências europeias, é de supor que o Museu reflectisse essas preocupações e tentasse demonstrar um conhecimento efectivo desses territórios coloniais. Nele figuravam genericamente as produções coloniais: naturais e culturais. Importa que fique frisada a sua orientação em direcção às realidades culturais extra-europeias (Freitas-Branco, 1995). Pensamos ser também neste sentido que Ernesto Veiga de Oliveira afirma ser este “(...) o único verdadeiro museu de Etnologia Geral existente em Portugal até à criação do Museu de Etnologia do Ultramar.” (Oliveira, 1971: 26).

Em 1893, José Leite de Vasconcelos, com o apoio de Bernardino Machado, então ministro das Obras Públicas, funda o Museu Etnográfico Português que fica localizado provisoriamente na sede da Academia das Ciências. Em 1897, é transferido para o Mosteiro dos Jerónimos e muda a sua designação para Museu Etnológico Português. O acervo inicial foi constituído com parte dos objectos etnográficos, africanos e brasileiros, detidos pela Academia das Ciências, assim como com outros resultantes de recolhas oitocentistas, nomeadamente escavações arqueológicas. O Museu fica sob a direcção de Leite de Vasconcelos e a sua organização incluía três secções – Antropologia Antiga e Moderna (no sentido de antropologia física); Arqueologia Pré e Proto-histórica e Histórica; e Etnologia Moderna Continental e Insular. Admitia-se ainda a criação de uma secção de

objectos “estrangeiros congêneres” para fins comparativos. A conceptualização da ciência antropológica subjacente pode ser explicitada pelas próprias palavras de Leite de Vasconcelos:

“A colecção que organizei no Museu Etnológico tem por fim sobretudo, além de estabelecer comparações gerais, pôr diante dos olhos dos que visitam a secção pré-histórica, exemplares etnográficos dos selvagens que ajudem a entender o modo de viver e a arte dos homens primitivos, bem como o uso de instrumentos e outros artefactos pré-históricos, ou porque muitos daqueles objectos são realmente sobrevivências do passado, ou porque, postas em condições semelhantes, as sociedades humanas podem chegar aos mesmos resultados, afastadas entre si no tempo e no espaço.” (Vasconcelos, 1915: 261).

Trata-se, pois, da tentativa de traçar o percurso da Humanidade através do rasto da história. A finalidade comparativista dada às colecções etnográficas filia-se na concepção evolucionista subjacente que pretende apoiar-se no estudo dos “primitivos actuais” para dar conta dos estádios da cultura europeia pré-histórica. No entanto, ainda que o contexto teórico de fundo seja este, o foco de abordagem será não tanto o Homem na sua globalidade, mas antes o homem e a cultura portuguesa, como aliás é clarificado pela própria designação da instituição. Este facto leva a que uma parte significativa das colecções sejam portuguesas e sobretudo arqueológicas, em consequência do que, no século XX, a instituição se transformará essencialmente num museu de arqueologia nacional (Freitas-Branco, 1995).

Em conclusão, se equacionarmos a situação da museologia antropológica portuguesa com o contexto internacionalmente existente, verificamos que alguns aspectos são recorrentes também em Portugal, como seja o evolucionismo subjacente ao quadro teórico de fundo ou o percurso de autonomização das secções ou museus antropológicos a partir de museus de história natural. O racionalismo do século XVIII e o positivismo do século XIX desencadeiam, também em Portugal, o interesse pela história natural. De acordo com a visão naturalista do Homem saída deste contexto ideológico, os museus antropológicos, mesmo quando separados dos de história natural, continuam a englobar a antropologia física, a arqueologia pré-histórica e a etnologia. A antropologia ao ser concebida fundamentalmente como o estudo das origens da cultura, em que as informações, e sobretudo os objectos, dos “primitivos actuais” cumprem a função de elucidar os estádios primordiais dessa evolução, permite a reunião daquelas sub-áreas disciplinares. O texto de Leite de Vasconcelos e as motivações subjacentes à preocupação de Bernardino Machado em aumentar significativamente o acervo do Museu de Coimbra remetem-nos exactamente para esse pressuposto básico da teoria evolucionista que é a concepção da unidade psíquica do Homem.

Outros aspectos há, no entanto, em que as diferenças são significativas, nomeadamente a secundarização dos temas e problemáticas fundamentais do discurso antropológico oitocentista a favor de uma orientação preferencial pela cultura nacional. Enquanto o universo de informação e pesquisa da “antropologia evolucionista” se caracteriza pela sua amplitude, geográfica e étnica mas não-europeia, procurando o estabelecimento de leis universais relativas à actividade e ao pensamento humanos; em Portugal estas problemáticas têm um reduzido desenvolvimento, sendo eleito como terreno privilegiado de referência e pesquisa o espaço português. Já o fizemos notar a propósito do Museu Etnológico Português; atentemos agora à situação no Museu Colonial e Etnográfico.

A sua criação e a actividade da Sociedade de Geografia de que depende tinham por objectivo a persecução da política de colonização internacionalmente definida que exigia a demonstração de um domínio efectivo sobre as possessões coloniais. Nesse sentido a Sociedade de Geografia promove missões de reconhecimento geográfico e procede à publicação de obras como o relato das explorações africanas de Serpa Pinto ou outras descrições de índole essencialmente geográfico e histórico. Verifica-se, no entanto, que nenhum estudo ou monografia de cariz mais etnográfico é publicado (Pina-Cabral, 1991). O facto, que só pode resultar da inexistência dessas pesquisas, elucida sobre o pouco interesse que os espaços extra-europeus despertavam nos investigadores nacionais, mesmo sendo Portugal uma potência colonial. No Museu é feita a apresentação pública de objectos etnográficos provindos dos territórios coloniais mas, como a sua colecta não resultava de nenhum programa orientado de recolha, o carácter pouco sistemático das colecções é evidente. Além disso, essas colecções etnográficas resumem-se quase exclusivamente a uns poucos grupos africanos das regiões colonizadas pelo país, deixando completamente de lado outras áreas geográficas nas quais, no entanto, Portugal exercia também domínio colonial (*ibidem*). Ou seja, por razões essencialmente político-estratégicas – que eram, aliás, comuns às restantes potências coloniais – o Museu Colonial e Etnográfico surge orientado para as realidades culturais extra-europeias. Porém, as suas características particulares fazem com que nunca chegue a constituir-se como um museu etnográfico extra-europeu de grande envergadura (Freitas-Branco, 1995). Quanto ao Museu Etnológico Português, à partida essa orientação extra-europeia estava já excluída.

Os factos acabados de enunciar e que dizem respeito a dois dos três únicos museus desta área disciplinar existentes em Portugal no final do século XIX, assim como a inexistência de um qualquer organismo (Sociedade Científica, ou outro), que fornecesse um enquadramento geral, científico e financeiro, à actividade daquelas instituições, ilustram a reduzida afirmação institucional da antropologia em Portugal. Este menor desenvolvimento institucional será reforçado no século XX por factores políticos e ideológicos que conduzirão à institucionalização

académica da disciplina somente nos anos 70. Porém, já no século XIX, esta situação abre caminho à afirmação de autores cujo quadro teórico de referência, ainda que não abandonando os postulados evolucionistas, não é, no entanto, a antropologia na sua acepção específica, mas antes uma postura folclorista que radica a sua filiação nas escolas Romântica e Filológica nacionais. Aceitando que à época os investigadores portugueses se mostravam actualizados relativamente aos quadros teóricos prevaletentes internacionalmente (Leal, 1988), forçoso é reconhecer igualmente que recorrem ao quadro teórico do evolucionismo essencialmente como apoio e referência de fundo para as suas abordagens da “cultura popular”, cujas manifestações são vistas como *sobrevivências* de anteriores estádios civilizacionais. “Tanto Adolfo Coelho como Leite de Vasconcelos, por exemplo, embora conheçam e se refiram às teses da ‘escola antropológica’, acabarão por utilizá-las de forma limitada.” (Leal, 1988: 35).

Autores como Teófilo Braga (1843-1924), Adolfo Coelho (1847-1919), Consiglieri Pedroso (1851-1910) ou Leite de Vasconcelos (1857-1941), serão autores cuja óptica folclorista acabará por acentuar a dimensão histórica e filológica dos fenómenos culturais, promovendo a equiparação entre *cultura* e *tradição*, sobretudo a tradição oral, popular e nacional. O interesse pela literatura e tradições populares portuguesas inaugurado pelo movimento romântico, ganha uma nova dimensão no último quartel do século XIX. Teófilo Braga edita, em 1883, os *Contos Tradicionais do Povo Português*, em 1885, *O Povo Português, nos seus Costumes, Crenças e Tradições*; Adolfo Coelho publica, em 1879, os *Contos Populares Portugueses* e, em 1880, edita a *Revista de Etimologia e Glotologia*, a primeira exclusivamente dedicada aos estudos folcloristas; Leite de Vasconcelos publica, em 1882, as *Tradições Populares de Portugal*.

Toda esta actividade folclorista que denota uma atitude de veneração pelas tradições populares (que é o mesmo que dizer pela etnografia nacional e rural) terá forçosamente implicações em termos museográficos. O desejo de inventariar a vida popular torna os objectos tradicionais da “cultura popular” portuguesa merecedores de todo o destaque em detrimento, como vimos, dos objectos etnográficos extra-europeus. Em termos conclusivos podemos, portanto, afirmar que o museu antropológico em Portugal no século XIX segue o modelo de enquadramento dos criados nos países escandinavos e de língua alemã, orientando-se para o que virá a ser a *Volkskunde*. Simultaneamente, dada a reduzida afirmação institucional da disciplina antropológica em Portugal, o próprio número de museus é limitado e as suas actividades não orientadas por qualquer programa de recolha ou estudo.

BIBLIOGRAFIA

- CANELHAS, M^a DA GRAÇA S. (1983) - "Museus Portugueses de História Natural", *Cadernos de Museologia*, nº 1, Lisboa, APOM.
- CEM ANOS (1985) - *Cem Anos de Antropologia em Coimbra (1885-1985)*, Coimbra, Museu e Laboratório Antropológico.
- COLLIER, DONALD and TSCHOPIK, HARRY (1954) - "The role of museums in American Anthropology", *American Anthropologist*, vol. 56º, pp. 768-779.
- DUARTE, ALICE (1977) - *Colecções e Antropologia: Uma Relação Variável Segundo as Estratégias de Objectivação do Saber*, Braga, Universidade do Minho. (Tese de Mestrado, não publicada).
- FREITAS-BRANCO, JORGE (1995) - "Lugares para o Povo: Uma Periodização da Cultura Popular em Portugal", *Revista Lusitana* (Nova Série), 13-14, pp. 145-177.
- GOUVEIA, H. COUTINHO (1985) - "Colecções Africanas do Museu e Laboratório Antropológico da Universidade de Coimbra", *Bibliotecas, Arquivos e Museus*, vol. I, tomo II, pp. 484-520.
- HARTMANN, TEKLA (1982) - "Artefactos Indígenas Brasileiros em Portugal", *Boletim da Sociedade de Geografia de Lisboa*, série 100, 1-2, pp. 175-182.
- LEAL, JOÃO (1988) - "Prefácio" in *Contribuições para uma Mitologia Popular Portuguesa e Outros Escritos Etnográficos*, Consiglieri Pedroso, Lisboa, D. Quixote.
- OLIVEIRA, ERNESTO V. (1971) - *Apontamentos sobre Museologia. Museus Etnológicos*, Lisboa, Junta de Investigações do Ultramar, Centro de Estudos de Antropologia Cultural.
- (1986) - "O Índio Brasileiro nos Museus Portugueses" in *Catálogo Índios da Amazónia*, Lisboa, Instituto de Investigação Científica Tropical, Museu de Etnologia.
- PINA-CABRAL, JOÃO DE (1991) - "Portugal. L'Anthropologie Portugaise", in *Dictionnaire de L'Ethnologie et de L'Anthropologie*, P. Bonte et M. Izard eds., Paris, Presses Universitaires de France, pp. 592-594.
- POMIAN, KRZYSZTOF (1984) - "Colecção", in *Enciclopédia Einaudi*, vol. 1, Lisboa, Imprensa Nacional Casa da Moeda, pp. 51-86.
- TEIXEIRA, MARGARIDA B. (1985) - "Os Primeiros Museus Criados em Portugal", *Bibliotecas, Arquivos e Museus*, vol. I, tomo II (separata).
- VASCONCELOS, J. LEITE DE (1915) - *História do Museu Etnológico Português (1893-1914)*, Lisboa, Imprensa Nacional.